



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JOYCE BEATRIZ DE ARAÚJO BEZERRA

**A INDÚSTRIA PETROQUÍMICA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
AMBIENTAIS INTERNACIONAIS: O CASO DO TRATADO GLOBAL DE
PLÁSTICOS (2022-2025)**

JOÃO PESSOA

2026

JOYCE BEATRIZ DE ARAÚJO BEZERRA

**A INDÚSTRIA PETROQUÍMICA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
AMBIENTAIS INTERNACIONAIS: O CASO DO TRATADO GLOBAL DE
PLÁSTICOS (2022-2025)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel(a) em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Elia Elisa Cia Alves

JOÃO PESSOA
2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B574i Bezerra, Joyce Beatriz de Araujo.

A indústria petroquímica na formulação de políticas ambientais internacionais: o caso do Tratado Global de Plásticos (2022-2025) / Joyce Beatriz de Araujo Bezerra. - João Pessoa, 2026.

45 f. : il.

Orientação: Elia Elisa Cia Alves.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Poluição plástica. 2. Governança marinha. 3. Indústria petroquímica. 4. Análise automatizada de conteúdo. 5. Tratado Global de Plásticos. I. Alves, Elia Elisa Cia. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327(043)

JOYCE BEATRIZ DE ARAÚJO BEZERRA

**A INDÚSTRIA PETROQUÍMICA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
AMBIENTAIS INTERNACIONAIS: O CASO DO TRATADO GLOBAL DE
PLÁSTICOS (2022-2026)**

Artigo científico, resultado da Iniciação Científica 2024-2025, apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Aprovado em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Elia Elisa Cia Alves (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves
Universidade Federal da Paraíba


Prof.^a Dr.^a Vanessa Horacio Lira
Universidade Estadual da Paraíba

JOYCE BEATRIZ DE ARAÚJO BEZERRA


"A INDÚSTRIA PETROQUÍMICA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS INTERNACIONAIS: O CASO DO TRATADO GLOBAL DE PLÁSTICOS (2022-2026)"

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel(a) em Relações Internacionais.


Aprovado(a) em, 25 de Março de 2026

Documento assinado digitalmente
 **ELIA ELISA CIA ALVES**
Data: 25/03/2026 21:13:48-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Elia Elisa Cia Alves - (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 **PASCOAL TEÓFILO CARVALHO GONÇALVES**
Data: 25/03/2026 19:03:51-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves - (Membro 2)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 **VANESSA HORACIO LIRA**
Data: 25/03/2026 17:42:03-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Vanessa Horacio Lira - (Membro 3)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

Durante grande parte da minha vida, a Paraíba foi o meu outro estado. Sendo potiguar, decidir seguir com esse curso e continuar essa jornada sozinha não foi uma escolha fácil. Agora, finalizando essa etapa, os sentimentos que prevalecem são de gratidão e nostalgia: pelo estado que acolheu, pelas amizades que construí e por cada pessoa que, direta ou indiretamente, participou desse momento.

Agradeço sobretudo à minha família. Aos meus pais, Maria Ivaneide de Araújo Bezerra e Jeferson Luiz Targino Bezerra, por cada batalha, luta e abdicção que fizeram durante minha vida, sou eternamente grata por todo o amor que me deram. Meu obrigado por confiarem na minha capacidade e por apoiar meus sonhos. À minha irmã, Júlia Isabella por ser quem é e por sempre me lembrar da alegria que é ser sua irmã. À minha avó paterna, Miriam Targino, e aos meus avós maternos, Rosangela Silva e Luiz da Silva, por me enriquecerem com suas histórias e por me fazerem lembrar do caminho trilhado até as oportunidades que hoje tenho. Sou grata por todo o esforço que fizeram para garantir minha educação. Este obrigado é uma pequena forma de demonstrar o amor que sinto por vocês.

Às amigas de longa data, Gabrielle, Sofia, Vitória, Lis e Joyce, agradeço por me ensinarem sobre o amor que também se constrói na amizade. Mesmo à distância, o carinho e o apoio de vocês continua sendo essencial para mim. Às amigas que fiz na graduação, em especial, Rayra, Lucas Tiago, Ana, Gabriela, Eviné e Vivían, com quem compartilho a experiência de como pode ser desafiador começar a vida em outra cidade, agradeço por terem tornado esse caminho mais leve. Sou grata por todos os momentos felizes e desafiadores compartilhados, obrigada pelas conversas e trocas que fizeram essa caminhada mais significativa. Irei levar comigo a alegria que foi dividir esse momento da vida com vocês, assim como cada aprendizado, cada riso e cada memória.

Por fim, agradeço à educação pública de qualidade que permitiu minha formação desde o ensino médio, às políticas públicas de incentivo à permanência, que garantiram minha trajetória na universidade, e aos professores(as) que fizeram parte de toda minha educação. Aos professores do Departamento de Relações Internacionais, agradeço pela dedicação e pelos ensinamentos que contribuíram para minha formação. Em especial, agradeço à minha orientadora, professora Elia, por cada ensinamento dentro e fora da sala de aula e por cada palavra de apoio, recomendação e correção durante a escrita desse trabalho.

RESUMO

Nas primeiras décadas do século XXI, a quantidade de resíduo plástico no oceano teve um grande crescimento, ampliando seus impactos socioeconômicos e ambientais. O plástico no oceano consolidou-se como um problema transnacional, exigindo respostas coordenadas no âmbito da governança ambiental global. Por meio da Resolução 5/14 da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente, foi convocado o Comitê Intergovernamental Internacional, com o intuito de firmar um Tratado Global dos Plásticos, visando combater a poluição plástica ao longo de todo o seu ciclo de vida. Neste contexto, esta pesquisa busca compreender como a indústria petroquímica se articula às negociações do tratado, destacando as estratégias de atuação de atores privados na política ambiental global. Para tanto, adota-se uma abordagem metodológica de natureza mista, partindo de um estudo de caso e de análise automatizada de conteúdo de documentos oficiais. Os resultados indicam que o setor petroquímico se posiciona ativamente nas discussões por meio da elaboração de *position papers* e da prática de *blocking*, atuando para garantir seus interesses econômicos e regulatórios por meio de instrumentos que legitimam seu poder discursivo, estrutural e instrumental. Tais resultados sugerem que a inserção desse ator nas negociações ocorre no sentido previsto pela literatura sobre a participação empresarial na governança ambiental global e que a superação dos impasses nas negociações, para que o tratado promova mudanças no *status quo*, prescinde de uma drástica mudança na participação deste setor nessa arena negociativa.

Palavras-chave: Poluição Plástica; Governança Marinha; Indústria Petroquímica; Análise Automatizada de Conteúdo.

ABSTRACT

In the first decades of the 21st century, the amount of plastic waste in the ocean has grown significantly, amplifying its socioeconomic and environmental impacts. Ocean plastic has become a transnational problem, demanding coordinated responses within the framework of global environmental governance. Through Resolution 5/14 of the United Nations Environment Assembly, the Intergovernmental Committee was convened to establish a Global Plastics Treaty, aiming to combat plastic pollution throughout its entire life cycle. In this context, this research seeks to understand how the petrochemical industry engages with the treaty negotiations, highlighting the strategies of private actors in global environmental policy. To this end, a mixed-methods approach is adopted, based on a case study and automated content analysis of official documents. The results indicate that the petrochemical sector actively participates in the discussions through the preparation of position papers and the practice of blocking, acting to secure its economic and regulatory interests through instruments that legitimize its discursive, structural, and instrumental power. These results suggest that the inclusion of this actor in the negotiations is occurring in the direction predicted by the literature on corporate participation in global environmental governance, and that overcoming the impasses in the negotiations, so that the treaty promotes changes in the status quo, does not require a drastic change in the participation of this sector in this negotiating arena.

Keywords: Plastic Pollution. Marine Governance. Petrochemical Industry. Content Analysis

Sumário

1. INTRODUÇÃO	9
2. ATORES PRIVADOS NA POLÍTICA AMBIENTAL INTERNACIONAL: PODER E ESTRATÉGIAS DE INFLUÊNCIA	11
3. O TRATADO GLOBAL DE PLÁSTICOS E A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA AMBIENTAL	17
4. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	20
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS: A INDÚSTRIA PETROQUÍMICA NO GPT	25
5.1. ANÁLISE AUTOMATIZADA DE CONTEÚDO: APLICAÇÃO DE MÉTODOS COMPUTACIONAIS EM R	25
5.2. ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA NO TRATADO	31
5.2.1 Produção, expansão e consolidação do modelo plástico	31
5.2.2 Atuação e estratégias da indústria nas negociações do Tratado Global de Plásticos	33
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

1. INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas do século XXI, a quantidade de resíduo plástico e de pesquisas sobre o plástico no oceano teve um grande crescimento, ampliando também seus impactos e consequências. Em publicação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP, 2018), observou-se que a quantidade de plástico no oceano acarreta impactos sociais, econômicos e ambientais. Muito além dos oceanos, o problema do plástico e o descarte incorreto representam também riscos à saúde humana (Karasik, 2020). Todavia, uma das tentativas globais de solução para essa crise encontra-se em um impasse.

O plástico é um produto com diversas funções, pois, com as transformações químicas e as diferentes combinações sintéticas, a função e a inserção de cada polímero possuem diferentes aplicações. Desse modo, uma vez que o modo de produção moderno passou a empregar materiais plásticos, o problema do uso de plástico ganhou proporções globais: cerca de 400 milhões de toneladas de resíduos plásticos são geradas todos os anos, e espera-se que esta quantidade aumente drasticamente nas próximas décadas (OECD Publications, 2022). Diferentes atores estão alocados na tomada de decisão sobre o uso dos plásticos, como as indústrias, detentoras da matéria-prima e da utilização, os pesquisadores, as ONGs, o Estado e os consumidores.

Sendo uma problemática internacional que vem sendo tratada de maneira multilateral, a fomentação de negociações internacionais que visem mitigar as causas e possíveis efeitos dessa crise climática acontece em escala global. Quanto a isso, a Resolução 5/14 da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente convocou um Comitê Negociador Intergovernamental (INC, sigla em inglês). As negociações foram iniciadas em 2022 para firmar um Tratado Global dos Plásticos, com o intuito histórico de gerar um acordo global vinculante para combater a poluição plástica em todos os níveis de seu ciclo de vida, inclusive no ambiente marinho (PNUMA, 2022). Analisando os atores inseridos nas negociações, levantou-se uma dúvida em relação à participação da indústria petroquímica, tendo em vista que o petróleo e gás possuem relevância significativa como matéria-prima.

Diante disso, do ponto de vista do enquadramento teórico, a pesquisa baseia-se nos estudos de governança ambiental global e teorias sobre as estratégias do setor privado para influenciar negociações internacionais em temas ambientais, focando a atuação do *lobby* da indústria petroquímica e tendo como pergunta norteadora: “Como a indústria petroquímica atua na formulação de políticas ambientais internacionais?”. Assim, o objeto de análise serão

as rodadas de negociação do Tratado Global de Plásticos, bem como declarações e manifestações oficiais de representações do setor, com o intuito de compreender os interesses apresentados por esse grupo. Como objetivos específicos, busca-se: (1) investigar o histórico do *lobby* da indústria petroquímica, identificando seus marcos em relação à distribuição e aumento do consumo de plástico e mapear os atores envolvidos; (2) identificar o conteúdo das propostas no processo de negociação, e (3) analisar a atuação e influência da indústria petroquímica no tratado, entendendo o papel desse *lobby* durante as negociações.

Para alcançar estes objetivos, utilizaremos o estudo de caso, uma das metodologias mais comuns nesses estudos (Alves et al. 2022; 2023), principalmente, em decorrência de dois fatores principais, de acordo com Yin (2009), serve para responder questões do tipo “como?” quando o pesquisador tem pouco controle sobre o fenômeno contemporâneo (Steiner, 2011). Dessa maneira, nos parece o ideal para a pesquisa, tendo em vista que o Tratado Global de Plástico debate soluções para o fenômeno contemporâneo da crise plástica e o propósito da pesquisa é entender como a indústria petroquímica exerce seu poder na formulação dessa política ambiental internacional. Reforçando a utilização do estudo de caso, Gerring (2004, *apud* Steiner, 2011) também acredita que é uma metodologia eficaz para explorar relações de causa e efeito com profundidade; assim, não serão trabalhados diversos casos ao mesmo tempo. Aqui, focamos no caso da formação de um tratado global, com um recorte analítico para a atuação do setor privado.

O PNUMA disponibiliza, em seu site, uma gama de documentos e *position papers*, o texto descreve a posição e apoio do autor sob um problema, sobre as reuniões de negociação, facilitando uma visão completa e detalhada do evento a ser definido. Sendo possível acompanhar as mudanças de ações e motivações que ocorrem a cada reunião do comitê negociador. A hipótese testada neste trabalho é a de que, por meio de sua participação no processo de formação do acordo, a indústria petroquímica molda os termos empregados no texto para assegurar seus interesses e, em certa medida, influenciar as percepções sobre os objetivos finais do Tratado, permitindo a consolidação do *status quo*.

A presente pesquisa está organizada da seguinte maneira. Além dessa primeira seção, a seção 2 versa sobre a teoria das dimensões de poder da indústria e suas estratégias, a seção 3 versa sobre o Tratado Global de Plásticos, a seção 4 trata sobre as considerações metodológicas, a seção 5 tem como foco a análise automatizada de conteúdo e sobre a discussão dos resultados à luz da atuação da indústria petroquímica e suas coalizões, e, por fim, a seção 6 versa sobre as considerações finais da pesquisa.

2. ATORES PRIVADOS NA POLÍTICA AMBIENTAL INTERNACIONAL: PODER E ESTRATÉGIAS DE INFLUÊNCIA

Visando explicar e analisar o setor privado, serão empregados conceitos oriundos das abordagens de governança global, com foco na vertente ambiental. Nesses casos, compreende-se Governança Ambiental Global (GAG) como o conjunto de “organizações, instrumentos de política internacional - tratados, instituições, agências -, mecanismos de financiamento, regras, procedimentos e normas que regulam o processo de proteção mundial do meio ambiente” (Najam et al., 2006). Esses espaços contam com a participação de múltiplos atores no processo de formulação de políticas internacionais ambientais. “A esfera da política ambiental global mostrou-se particularmente fértil para o surgimento de uma série de formas de governança não estatal ou privada.” (O’Neill, 2009, p. 169, tradução nossa). A partir da Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, observou-se o desenvolvimento de debates e negociações sobre acordos ambientais internacionais. Além disso, desde 1970, o investimento estrangeiro direto cresceu notavelmente e, desde então, observa-se a participação crescente do setor privado como importante ator não estatal.

Essa ampliação dos interesses envolvidos em uma negociação internacional é observada nos setores político, econômico e cultural e não deixaria de se manifestar em temas relacionados ao meio ambiente. Observa-se que, ao longo das últimas décadas, os atores não estatais ganharam importância nos esforços estatais para promover a cooperação global (Rosenau, 1991 *apud* Clapp, 2004), buscando influenciar políticas sobre questões ambientais proeminentes (Levy e Newell, 2005).

O ator privado está envolvido, direta ou indiretamente, nas questões ambientais, reforçando o que propõem Levy e Newell (2005): as empresas privadas, por meio de seu trabalho, podem contribuir negativamente, pois são responsáveis pela maior parte das emissões de gases e poluentes que geram preocupação ambiental. Além disso, os atores privados têm incidência ambiental em várias arenas, como no despejo indevido de rejeitos e efluentes, de resíduos sólidos e na poluição atmosférica. Em contrapartida, “as corporações trazem conhecimento e experiência consideráveis para a governança ambiental, que não estariam tão disponíveis se fossem meramente objetos de regulamentação.” (O’Neill, 2009, p. 183, tradução nossa). Com o poder estratégico do mercado e dos stakeholders, as indústrias têm maior projeção de alcance (O’Neill, 2009). Entretanto, apesar do crescente reconhecimento da importância do papel dos atores não estatais na ecopolítica mundial, até

meados do século XXI, Levy e Newell (2005) apontavam que relativamente poucos estudos situavam o setor privado no centro das pesquisas em GAG.

Historicamente, esse setor foi visto como um opositor a políticas ambientais, utilizando-se de ações de lobby e de representações junto aos governos e às organizações internacionais, como forma de persuadir e, com a intenção, de vetar e/ou enfraquecer a construção dessas políticas (Clapp, 2012). A partir da Rio-92, parece possível observar uma mudança na estratégia do setor privado que, visando seus interesses, passou a buscar ações mais participativas na arena ambiental internacional, para defender seus interesses por meio das instituições empresariais. Essas instituições atuam como um conjunto representativo de empresas, desempenhando o papel de lobistas junto às delegações presentes. Sabendo que estes atores internacionais conseguem influenciar e pleitear seus interesses de diversas maneiras, nesta etapa são apresentadas as formas de atuação da indústria nas políticas ambientais globais, tanto estratégicas quanto subjetivas; essa exposição terá como base a análise de textos de Vormedal e Meckling (2024), Jeniffer Clapp (2004; 2012), Levy e Newell (2005) e Robert Falkner (2005).

O setor privado não tem tendência a apoiar políticas ambientais globais e, em um primeiro momento, parece se apresentar como oposição, pois apresenta resistência a regulamentações ambientais que possam ser economicamente custosas (Vormedal e Meckling, 2024). Porém, a literatura relata casos em que, ao longo do processo de formulação política, essa oposição passou a ser de apoio estratégico e, em raros casos, chegou a um apoio sincero (Falkner, 2005; Vormedal e Meckling, 2024). Segundo esses pesquisadores, em todo processo de formação de políticas ambientais, o ator privado utiliza estratégias de influência para se beneficiar, e as formas de apoio podem mudar, tendo em vista os possíveis ganhos ao longo do processo e os mecanismos responsáveis pela implementação dessa mudança no comportamento do ator empresarial.

Assim, como o apoio estratégico está relacionado a custos econômicos, Vormedal e Meckling (2024) apontam que, uma vez que as negociações a favor das regulamentações ganham o apoio de outros atores, o setor privado, percebendo que pode ter uma repercussão negativa ao escolher não apoiar, tende a mudar de posicionamento, assumindo um apoio estratégico por conta de pressão externa ou para mitigar custos regulatórios e de reputação. O apoio sincero é acompanhado por mudanças no mercado ou nas políticas; quando tais mudanças se alinham com o interesse do setor privado, este pode passar a apoiar políticas ambientais alinhadas ao seu interesse.

Nesta seção, iremos tratar das estratégias que o setor privado utiliza para garantir os seus interesses no campo da governança ambiental global. Para estruturar essa análise, apresentamos inicialmente de que maneira o poder empresarial se manifesta e assegura sua capacidade de ação no sistema internacional. Em seguida, destacamos exemplos apontados na literatura sobre como a indústria se projeta em negociações internacionais (Falkner, 2005; Clapp, 2004, 2012). Essa projeção ocorre simultaneamente em diferentes níveis, exigindo distintas formas de poder para ampliar sua influência política (Madariaga, 2021). Assim, com base em uma análise multinível do poder empresarial proposta por Madariaga (2021) e Tienhaara (2016), a discussão a seguir organiza-se em torno de três dimensões do poder corporativo: estrutural, instrumental e discursivo.

O poder estrutural refere-se à participação central do setor privado em atividades econômicas (Madariaga, 2021), ligada à geração de emprego, inovação e crescimento econômico, indicadores centrais das economias capitalistas. Devido a isso, as corporações podem utilizar esse poder como forma de ameaça, por exemplo, aplicar investimentos em outros países. Com isso, os governantes podem ser coagidos a evitar prejudicar as empresas (Falkner 2008 *apud* Tienhaara, 2016). O poder instrumental é conhecido como a forma de poder mais direta e observável, caracterizada pela influência que um ator, por exemplo, a indústria, exerce sobre outro grupo, por exemplo, os Estados (Babic, 2022). É manifesto por meio da influência direta, com ligações partidárias, conhecimentos técnicos, acesso à mídia e a captura de instituições estatais (Madariaga, 2021). Outra manifestação característica do poder instrumental é o *lobby* (Babic, 2022). Vormedal e Meckling (2024) apontam para o uso crescente de *lobbying* baseado em informação, no qual a indústria pode fornecer aos governos aconselhamento especializado, relatórios técnicos e documentos de posicionamento e auxiliar diretamente os tomadores de decisão na formulação de políticas e na redação de textos legais. De maneira geral, as empresas obtêm uma base econômica que facilita seu campo de influência sobre as ações dos Estados, uma vez que estes sentem receio de a indústria dispensar trabalhadores, o que prejudica o bem-estar geral da sociedade (Babic, 2022).

O poder discursivo é como os atores escolhem expressar suas preferências. Essa é a categoria de poder mais difícil de mensurar; entretanto, é a dimensão de maior importância para avaliar a influência empresarial na política (Fuchs, 2007, p. 140 *apud* Tienhaara, 2016). A capacidade financeira da indústria propõe uma liberdade para financiar estudos próprios sobre os temas ambientais e também para dedicar à publicidade (Tienhaara, 2016). Essas três dimensões estão interligadas e, a partir de Madariaga, essa interligação foi apresentada na Figura 1.

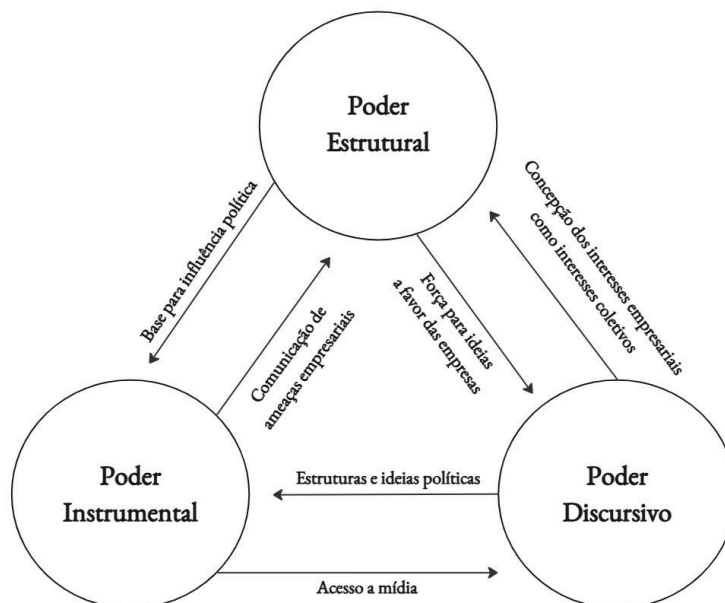


Figura 1: Complementares recíprocos do poder empresarial. Fonte: Madariaga, 2021, tradução própria

Em termos de estratégias, o setor privado demonstra seu poder a partir de meios que beneficiam o seu ponto de vista sobre o que está sendo negociado e pode fazer uma resistência ativa à regulamentação, utilizando: estratégias discursivas, *lobbying* e litigação (Clapp, 2012). Destrinchando essas possibilidades, as corporações são favoráveis a propostas que limitam e dificultam a negociação efetiva de políticas ambientais. Clapp (2012) sugere que, mesmo quando os atores estatais são favoráveis às negociações de regulamentações ambientais, a indústria e/ou o setor privado podem ser resistentes. Utilizando o *lobbying* e a litigação, as empresas inibem a ação governamental, pois têm receio de sofrerem pela fuga de capitais¹. Dessa maneira, as empresas podem advogar contra medidas legislativas ambientais que se opõem aos seus interesses mercadológicos (Clapp, 2012). A estratégia de *lobbying* é uma das mais utilizadas pelo setor privado, seja em forma de oposição ou quando em apoio estratégico e sincero. Partindo para outra forma de influência, com as estratégias discursivas, o setor privado utiliza a persuasão para dissuadir e convencer o consumidor a uma individualização da responsabilidade, em que retira a responsabilidade dos produtores e leva a uma individualização dos problemas ambientais (Maniates 2001, p. 33 *apud* Clapp, 2012).

¹ “A fuga de capital pode ser definida como a aquisição ou retenção de um direito sobre não-residentes, que é motivado pela preocupação dos detentores do capital com relação a possíveis perdas de valores dos seus ativos, se esses direitos continuassem a ser mantidos sobre residentes.” (Depper e Williamson *apud* Dornbusch, 1989, p. 177)

Com o poder discursivo, as indústrias têm influência direta sobre os conhecimentos técnicos, de modo que podem sustentar o financiamento de pesquisas que endossam sua visão sobre determinado problema ambiental (Madariaga, 2021). Levy e Newell (2005) reforçam essa possibilidade ao apontar que, por possuírem capital financeiro, as empresas podem financiar uma grande parte das pesquisas sobre mudanças climáticas. Os autores restringem ao especificarem as políticas ambientais, entretanto, o financiamento implementado pelo setor privado é essencial para uma parte considerável dos estudos ambientais globais.

Advindo do poder discursivo, a indústria também possui poder no processo de inovação tecnológica, podendo delegar quais são os caminhos possíveis de inovação (Madariaga, 2021). Falkner (2005) apresenta essa importante dimensão do poder discursivo do setor privado como um poder tecnológico. O poder tecnológico é o “poder de dirigir a inovação tecnológica e a sua introdução no mercado” (Falkner, 2008, p. 130 apud Tienhaara, 2016). Após o Protocolo de Montreal (1989), o setor privado foi reconhecido por sua participação na busca efetiva por um substituto químico para o CFC, e a entrada da inovação tecnológica foi crucial para a rápida proteção da camada de ozônio (Falkner, 2005). A capacidade de inovação abriu um espaço importante para o setor privado nas negociações a partir do Protocolo de Montreal; esse ator adquiriu uma posição privilegiada na política internacional (Falkner, 2003). Para além desses fatos, Falkner (2003) aponta também que esse envolvimento empresarial nas negociações é um ingrediente-chave para uma governança ambiental eficaz. Entretanto, mesmo com a inovação tecnológica, a indústria não dita o caminho a ser trilhado nas negociações, mas possui maior capacidade de propor e contribuir para as mudanças (Falkner, 2005).

É evidente que as empresas possuem uma extensa gama de poder e utilizam estratégias que lhes beneficiem, entretanto, esse ator não possui controle total sobre as negociações internacionais ambientais, e tanto as pressões externas quanto as características dos grupos evidenciam fragilidades das empresas. De acordo com Vormedal e Meckling (2024), há três formas de mudanças políticas e sociais que elevam os custos empresariais e levam o setor privado a adotar mudanças estratégicas: ameaças regulatórias, campanhas ativistas e o efeito *bandwagon*. Quando as ameaças regulatórias a favor de mudanças na política ambiental são mais fortes do que o poder estrutural e instrumental, a pressão internacional é maior do que o setor privado consegue barrar. Nesse momento, ainda exercendo seu poder instrumental, a indústria pode se alinhar às mudanças por meio da formação do *lobby*, que irá barganhar por medidas regulatórias não obrigatórias (Vormedal e Meckling, 2024).

Uma campanha ativista, como o boicote, é tida como uma pressão externa quando se traduz em custos para a reputação industrial (Vormedal e Meckling, 2024). Ao notar que estes custos também são econômicos, o setor privado entende ser necessário alinhar-se às medidas regulatórias propostas. Por fim, outra forma de apoio estratégico comum no meio privado é por meio do efeito *bandwagon*, quando um *lobby* a favor das medidas regulatórias ganha prestígio e autoridade entre o meio empresarial. Assim, mais empresas são favoráveis à nova coligação quando estas são percebidas como representantes do *lobby* empresarial mais legítimo ou influente (Baumgartner & Leech, 2001 *apud* Vormedal e Meckling, 2024).

Atrelado ao apoio estratégico apresentado pelo setor privado, Andrade (2009) cita Le Preste (2005), que traz suposições importantes sobre a mudança de comportamento do setor privado a partir dos anos de 1990, dentre elas temos:

- a) a emergência da indústria verde, que percebe na adoção de regulamentações internacionais uma oportunidade de crescimento;
- b) progressiva conscientização das empresas sobre a necessidade de levar em conta os problemas ambientais, por serem eles suscetíveis de afetar a legitimidade e competitividade empresariais;
- c) incentivos por parte de governos e OIGs, para que o setor privado desempenha um papel mais ativo e institucionalizado nas questões ambientais globais

Em síntese, a análise do setor privado na governança ambiental global evidencia as diversas estratégias adotadas pelas empresas para defender seus interesses, bem como as diferentes dimensões de poder que exercem no campo internacional. Em contrapartida, apesar de haver formas de pressão externa, é importante apontar uma característica do setor corporativo que se reflete em uma subdivisão do setor: o grau de heterogeneidade (Falkner, 2005; Vormedal e Meckling, 2024). É um ponto crucial para analisar como os interesses desse ator são organizados, considerando que as corporações têm diferentes tamanhos, estruturas administrativas e valores de mercado. Logo, determinar os interesses desse grupo não é simples, as variações nas percepções de interesse sugerem uma heterogeneidade e um possível conflito corporativo (Vormedal e Meckling, 2024). Outro aspecto que a literatura sugere é que o tamanho das empresas importa no que tange ao apoio que lhes é prestado às mudanças regulatórias. Em geral, espera-se que empresas grandes tendam a apoiar primeiro as mudanças regulatórias ambientais, uma vez que estariam mais economicamente preparadas para financiar pesquisas que proponham substitutos tecnológicos. Tais divergências podem levar a um conflito de interesses (Falkner, 2005; Vormedal e Meckling, 2024).

3. O TRATADO GLOBAL DE PLÁSTICOS E A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA AMBIENTAL

A poluição plástica é uma das crises ambientais mais sérias que o mundo enfrenta hoje. Desde a invenção do primeiro plástico de importância comercial em 1907, o crescimento da produção global ocorreu em três fases distintas: (1) crescimento inicial lento de 1910 a 1950, (2) produção em larga escala e crescimento exponencial de 1950 a 2000, e (3) crescimento linear, mais em sintonia com o crescimento econômico, de 2000 a 2015 (Allen et al. 2024). Entretanto, os resíduos plásticos têm um longo tempo de decomposição, podendo durar por milhares de anos e, em primeiro momento, a preocupação central com o vazamento desses resíduos concentrou-se nos oceanos. Em 1980, foi confirmada a existência da “Grande Mancha de Lixo do Pacífico”, onde detritos flutuantes (na maioria compostos por pequenos pedaços de plástico) convergiram em um giro (Tsakona, 2021).

Desde 1959, a produção de plástico no mundo tem sido maior do que a de qualquer outro tipo de material (Dias et al., 2023a) e estima-se que, em 2040, o número de resinas plásticas no oceano possa chegar a 29 bilhões de toneladas (The Pew Charitable Trusts and SYSTEMICS 2020 *apud* Tsakona, 2021). O problema do plástico não se encontra somente na poluição do espaço marinho e urbano, mas também ao se decompor em microplásticos ingeridos por animais e por seres humanos; ao emitir, em toda sua cadeia de produção, diversos compostos poluentes e gases de efeito estufa (GEE) (Dias et al., 2023b). Internacionalmente, a falta de um plano de ação coordenado sobre os plásticos corrobora cada vez mais com a poluição ambiental, devido à sua característica transfronteiriça, tanto a produção quanto a poluição estão dispersas por vários locais (Cowan, 2025).

Tal problemática vem sendo debatida no cenário internacional, entretanto, as soluções possuem um foco no manejo do descarte do plástico, em que há uma preocupação com a implementação de políticas *downstream*, ou seja, políticas que focam na parte final de todo o ciclo do plástico. Essa abordagem anterior dificultou a identificação de possíveis soluções para combater o problema (Jambeck et al. 2015 *apud* Cowan, 2025). É necessário pontuar a existência desse ciclo e é relevante compreender que há três classificações para o ciclo de vida dos plásticos: *upstream* (por exemplo, produção), *midstream* (por exemplo, distribuição e embalagem) e *downstream* (por exemplo, descarte e manejo). No sentido de se atingir um tratado legalmente vinculante com diretrizes claras para lidar com o plástico, em março de 2022, na Assembleia da ONU para o Meio Ambiente, foi solicitada a convocação de um

Comitê Intergovernamental de Negociação; esse comitê contaria com um diferencial: tratar do plástico, desde a produção, design e descarte.

Diante disso, o comitê iniciou em 2022 com previsão inicial de finalização para 2024, entretanto a meta não foi atingida, sendo assim: a primeira sessão do INC (INC-1) ocorreu em Punta del Este, Uruguai, de 28 de novembro a 2 de dezembro de 2022, seguida por uma segunda sessão (INC-2) de 29 de maio a 2 de junho de 2023 em Paris, França. A terceira sessão (INC-3) marcou o ponto médio do processo, de 13 a 19 de novembro de 2023, em Nairóbi, Quênia, seguida pela quarta sessão (INC-4), de 23 a 29 de abril de 2024, em Ottawa, Canadá. A primeira parte da quinta sessão (INC-5.1) ocorreu de 25 de novembro a 1º de dezembro de 2024 em Busan, República da Coreia. A segunda parte da quinta sessão (INC-5.2) ocorreu entre 5 e 14 de agosto de 2025 em Genebra, Suíça. Por fim, a terceira parte da quinta sessão (INC-5.3) ocorreu em fevereiro de 2026, também, em Genebra.

Para entender os debates que ocorrem nos Comitês de Negociação Internacionais, para além dos documentos escritos disponibilizados pelo UNEP, a pesquisa também estará baseada nos artigos publicados por Emily Cowan, pesquisadora que acompanha as INC e, por meio da metodologia de etnografia de eventos diplomáticos, observa e documenta sistematicamente as sessões de negociação. Esse aporte é importante para obter uma análise científica e uma compreensão geral das influências sobre o tratado. Desde a INC-1, observa-se o interesse da comunidade internacional, dado que foram registrados 371 delegados dos Estados-Membros e 770 grupos de interesse presentes, entre eles, ONGs, grupos regionais, empresas e indústrias (Cowan, 2025).

Ao analisar o conteúdo abordado e debatido nas reuniões do INC, algumas delas reforçam o alinhamento com o interesse da indústria petroquímica. Durante a INC-2, os Estados-Membros dividem-se em grupos de contato pensados para definir objetivos, meios e medidas de implementação que devem estar dispostos no tratado (Cowan, 2024a). Sobre os objetivos principais, três estão diretamente relacionados com a indústria petroquímica, sendo eles: a produção primária de plástico, produtos problemáticos, aditivos e polímeros preocupantes. Também durante a INC-2, foi estipulado que o Tratado Global de Plástico será ratificado somente se houver decisão unânime.

Dentre os Estados-membros presentes nas reuniões de negociação, é notável a existência de dois grupos distintos: o *high-ambition coalition* (HAC), com mais de 65 membros, este grupo espera um tratado mais ambicioso e juridicamente vinculante, com políticas voltadas para uma produção mais limitante, e o *Like Minded Group*, formado principalmente por países produtores de petróleo e plástico, buscam por um tratado com foco

em planos de ação nacional e sem medidas específicas de controle de produção de plástico (Bruggers, 2023 *apud* Cowan, 2024a).

Seguindo para a INC-3, o ponto principal foi o início do *zero draft* do tratado; dentre os Estados-membros, há uma divisão entre aqueles que acreditam que, para reverter o problema da poluição plástica é necessário limitar a produção e aqueles que acreditam ser necessário promover uma melhor gestão de resíduos (Cowan, 2024b). Outros pontos levantados foram a possibilidade de deixar a cargo do nível nacional a escolha de como acabar com a poluição plástica e também o aumento de países que afirmam não assinar o tratado caso este discorra sobre limitar a produção e o uso de polímeros plásticos primários (Cowan, 2024b). O grupo *like-minded² countries* foi representado nesta sessão tentando enfraquecer o tratado ao ameaçar sua saída devido à “falta de definições e consenso sobre o escopo; era a favor de suspender completamente as negociações, expressando preocupações sobre o caminho do processo do INC” (Cowan, 2024b, p. 6, tradução nossa).

Durante o INC-4, tornaram-se evidentes as divergências centrais e problemáticas, o que configurou um impasse para as negociações. Nesta seção, o significado de acabar com a poluição plástica foi apresentado de duas maneiras: os países que acreditam ser necessária uma transformação social que altere todo o ciclo de vida do plástico e aqueles que veem a possibilidade de contornar o problema por meio da gestão adequada de resíduos (Tiller, 2024). O destaque na INC-4 foi para um dos subgrupos de contato, o subgrupo 1.2, que tratou dos objetivos principais, em específico, sobre o texto de limitar ou proibir a produção de polímeros plásticos primários (PPPs). Essa discussão atrasou as negociações e foi atacada principalmente por países produtores de petróleo. Ao final desta sessão, ficou acordado não incluir nenhum texto no rascunho do tratado.

Tendo ocorrido a sessão INC 5.1 em Busan, os países não lograram cumprir o mandato inicial de obter um acordo global vinculante até o final de 2024, principalmente devido à divergência entre as partes interessadas. É importante destacar mudanças explícitas que ocorreram da idealização inicial para o Tratado Global de Plásticos: (1) tendo como proposta inicial tratar de todo o ciclo dos plásticos, observando o *draft* do tratado e as discussões dos grupos de contato, as abordagens estão, novamente, distantes da aplicação de políticas *upstream*, nas quais a forma e a quantidade de produção de plásticos continuariam sem mudanças. A decisão, tomada na INC-4, de não incluir um texto sobre os PPPs entre os objetivos principais do tratado, reforça tal mudança. Também (2) a preferência por um tratado

² Durante essa sessão incluía Rússia, Arábia Saudita, China, Cuba, Irã e Bahrein.

com foco em elaboração de políticas nacionais, retirando seu caráter vinculante, tendo um foco em metas nacionais voluntárias, alguns negociadores apontam esse foco como um possível fracasso para as negociações do tratado (Tiller, 2024).

A segunda tentativa de firmar um Tratado Global de Plástico não alcançou consenso. A INC-5.2 tentava articular-se com impasses cruciais para um acordo vinculante nos termos propostos inicialmente pela UNEP 5/12, sendo estes: incluir todo o ciclo do plástico, a produção de polímeros primários e o financiamento do tratado (IISD, 2025). A conclusão da sessão ocorreu de maneira abrupta e, até meados de 2026 havia quatro versões do texto do tratado (IISD, 2025), o que aumenta a incerteza sobre os caminhos futuros. Durante a finalização da INC-5.2, alguns delegados manifestaram interesse por mais tempo para analisar e refletir o *draft*. Nesse sentido, a INC 5.3, que também ocorreu em Genebra, teve duração de um dia. Segundo a UNEP, focou-se na eleição de um novo presidente, o embaixador Julio Cordano, do Chile, para conduzir as negociações do tratado global sobre poluição por plástico. Após a eleição, o tratado segue em fase de negociação.

4. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Sendo exposta a teoria de apoio sobre as estratégias de atuação do ator privado em negociações ambientais e também os principais pontos de impasse do Tratado Global de Plástico, esta seção irá pontuar a metodologia utilizada para atingir os objetivos da pesquisa. A metodologia utilizada neste trabalho é mista, partindo de um estudo de caso, com análise automatizada de conteúdo indutiva de documentos oficiais.

Mesmo que o estudo de caso seja um método bastante aplicado em pesquisas de política ambiental, ainda há limitações, especialmente no que se refere à confirmação mais robusta de proposições teóricas (Gerring, 2004 *apud* Steiner, 2011). Tendo em vista essa limitação, esta pesquisa seguiu com uma técnica de análise de dados: a análise automatizada de conteúdo indutiva. A análise de conteúdo possui diversas definições, entretanto, para esta pesquisa, foi considerada a utilizada por Downe-Wamboldt (1992) e modificada por Sampaio e Lycarião,

É uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos (Sampaio; Lycarião, 2021, p.17).

Para a presente pesquisa, é necessário identificar o conteúdo das propostas no processo de negociação do Tratado Global de Plásticos, a partir de uma pesquisa documental de textos publicados entre e durante as rodadas de negociação para o tratado, bem como declarações e manifestações oficiais de representações do setor petroquímico.

Para fins de apropriação e simplificação do entendimento, foi utilizada a linguagem adotada por Izumi e Moreira (2018), na qual cada texto é tratado como um dado. Dessa maneira, tendo concluído a coleta dos dados, é realizado um pré-processamento, tendo em vista que, mesmo sendo utilizado um modelo estatístico de análise de conteúdo, a leitura e análise humanas não são substituíveis (Izumi e Moreira, 2018). Este pré-processamento é necessário dado à complexidade da linguagem e usado como forma de redução da possibilidade de perda de informação, para tal foi feita uma adaptação do roteiro básico: (1) codificação de caracteres (*encoding*); (2) remoção de palavras e conteúdo desnecessário; (3) construção de um saco de palavras (*bag of words*); (4) *stemming*. (Izumi e Moreira, 2018, p. 141). O *stemming* é uma das técnicas de redução das palavras até o seu radical, podendo, assim, abarcar uma quantidade maior de palavras em um mesmo radical (Izumi e Moreira, 2018). Nesta pesquisa, não será realizado o quarto passo.

Apoiada em Izumi e Moreira (2018), a pesquisa também se baseia em Sampaio e Lycarião (2021). As unidades de conteúdo, ou seja, os materiais analisados, apresentados no Quadro 1, são: (i) os posicionamentos das empresas petroquímicas e (ii) os *position papers* das instituições representativas do setor petroquímico, de modo que a unidade de análise é a palavra. Dessa maneira, foi realizada uma análise do posicionamento do setor petroquímico nas negociações, utilizando esses dados para conduzir testes estatísticos com resultados representativos. Ademais, a pesquisa não analisa a totalidade de unidades da população, desse modo, para a escolha da amostra, foi utilizada uma técnica não probabilística, intencional, selecionando os *papers* que têm relevância e estão relacionados à indústria petroquímica.

Quadro 1. Lista dos documentos analisados

Nome do documento	Origem	Data de Publicação	Categoria	Renome	Link para o documento
Business and Industry Major Group Presented by World Business Council for	Site do UNEP	28/11-02/12/2022	Coalizão do petróleo	text1	Link

Sustainable Development					
China	Site do UNEP	28/11-02/12/2022	Estado	text2	Link
INTERVENCIÓN DE CUBA EN PUNTO 4	Site do UNEP	28/11-02/12/2022	Estado	text3	Link
Rússia	Site do UNEP	28/11-02/12/2022	Estado	text4	Link
Kingdom of Saudi Arabia, written submissions on the potential options for elements towards an international legally binding instrument	Site do UNEP	05/02/2023	Estado	text5	Link
American Chemistry Council	Site do UNEP	28/05/2023	Coalizão do petróleo	text6	Link
Iran	Site do UNEP	29/05-02/06/2023	Estado	text7	Link
Saudi Arabia	Site do UNEP	29/05-02/06/2023	Estado	text8	Link
India	Site do UNEP	31/05-01/06/2023	Estado	text9	Link
Intervention of India	Site do UNEP	13-19/11/2023	Estado	text10	Link
King Abdullah Petroleum Studies and Research Center (KAPSARC)	Site do UNEP	13-19/11/2023	Coalizão do petróleo	text11	Link
Iran Statement on behalf of the like-minded group	Site do UNEP	13-19/11/2023	Estado	text12	Link
Saudi Arabia	Site do UNEP	13 - 19/11/2023	Estado	text13	Link
China	Site do	23-29/04/2024	Estado	text14	Link

	UNEP				
Kuwait	Site do UNEP	23-29/04/2024	Estado	text15	Link
Saudi Arabia, on behalf of Like Minded Countries	Site do UNEP	23-29/04/2024	Estado	text16	Link
King Abdullah Petroleum Studies and Research Center 2	Site do UNEP	29/04/2024	Coalizão do petróleo	text17	Link
American Fuel & Petrochemical Manufacturers (AFPM)	Site próprio	17/05/2024	Coalizão do petróleo	text18	Link
ICCA Position Paper on Plastics and Trade	Site próprio	Agosto de 2024	Coalizão do petróleo	text19	Link
On the road to Busan and a global plastics treaty	Site próprio	26/09/2024	Empresa	text20	Link
We Can't Miss this Opportunity to End PlasticPollution	Site próprio	22/11/2024	Empresa	text21	Link
Kuwait on behalf of Like-Minded Countries	Site do UNEP	25/11-01/12/2024	Estado	text22	Link
Kuwait on behalf of Like-Minded Countries - Closing statements	Site do UNEP	01/12/2024	Estado	text23	Link
Saudi Arabia, on behalf of Arab Group	Site do UNEP	25/11 - 01/12/2024	Estado	text24	Link
Our position on the Global Plastics Pollution Agreement	Site próprio	18/06/2024	Empresa	text25	Link
Viewpoint on the UN TREATY to	Site próprio	05/10/2024	Empresa	text26	Link

endPlastic Pollution					
Cuba's Statement at the Opening Plenary	Site do UNEP	05/08/2025	Estado	text27	Link
Malaysia Submission for INC-5.2	Site do UNEP	09/08/2025	Estado	text28	Link
INC-5.2 Statement from Observer Institution King Abdullah Petroleum Studies and Research Center (KAPSARC)	Site do UNEP	05/08/2025	Coalizão do petróleo	text29	Link
Iran's Statement and Points of Concern	Site do UNEP	09/08/2025	Estado	text30	Link
National Statement India	Site do UNEP	09/08/2025	Estado	text31	Link
China's Intervention at the Stocktake Plenary	Site do UNEP	09/08/2025	Estado	text32	Link
AFPM statement on the path ahead for global plastic waste agreement	Site próprio	15/08/2025	Coalizão do petróleo	text33	Link

A análise foi realizada em R, e o [script pode ser consultado para maior replicabilidade](#). Textos em pdf foram convertidos para o formato *txt*, necessário para leitura no R, e, quando necessário, realizou-se a tradução para o inglês. Após a limpeza dos textos, a seleção do [dicionário de palavras](#) foi criado de maneira indutiva e baseou-se nos principais termos relacionados ao meio ambiente, através de leituras sobre o tema e em específico sobre as rodadas de negociação, sendo direcionados em três categorias de classes: *environmental*, *economic e diplomatic*. Para assegurar a adequada condução da análise, os categorias foram segmentados em duas: “Estados” e “Empresas e Coalizões do Petróleo”. Com base nessa delimitação, foram elaborados scripts e dicionários específicos para cada grupo, de modo a contemplar as diferenças estruturais e discursivas inerentes às suas formas de apresentação.

Três recortes analíticos foram realizados: (1) frequência de palavras por documento, (2) frequência de categoria por documento e (3) soma total por categoria.

Essas análises permitem traçar a evolução do posicionamento do setor petroquímico ao longo das negociações do Tratado Global de Plásticos, com base na incidência dos códigos utilizados nos documentos. Ou seja, a partir da semelhança entre os textos, verificou-se como grupos de interesse influenciam o conteúdo das leis (Garrett; Jansa, 2015 *apud* Izumi e Moreira, 2018), bem como identificou estratégias do setor privado na construção de políticas ambientais globais.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS: A INDÚSTRIA PETROQUÍMICA NO GPT

Nesta seção serão expostos os resultados da análise automatizada de conteúdo intuitiva, acompanhados de uma explicação sobre como os resultados de cada gráfico utilizado estão relacionados com as estratégias de atuação do ator privado. Entretanto, antes de observar esta relação e, pensando nos objetivos específicos da pesquisa, será investigado na seção 5.1., o histórico do lobby da indústria petroquímica, identificando seus marcos em relação à distribuição e aumento do consumo de plástico e mapear os atores envolvidos, como também, na seção 5.2, será analisada a atuação e influência da indústria petroquímica no tratado, entendendo o papel desse *lobby* durante as negociações. Este objetivo foi alcançado através da análise e quantificação os termos comumente empregados pelo setor industrial e agregados, para identificar possíveis padrões de discursos.

5.1. PRODUÇÃO, EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO MODELO PLÁSTICO

A relação entre a indústria petroquímica e o problema do plástico predispõe-se às negociações para o tratado internacional de plásticos. Desde a década de 1950, essa indústria interfere no uso e na propagação do plástico. Primeiro, é preciso contextualizar de que maneira a indústria petroquímica, desde o princípio, colabora com as políticas de manejo pós-consumo do plástico e, conseqüentemente, com a reciclagem. Esclarecida a conexão, será abordado como o *lobby* petroquímico atuou na formação do Tratado Global de Plásticos (2022-2025), enquanto representante de seus interesses, e também como os Estados produtores de petróleo apoiam essa indústria.

A expansão da indústria petroquímica na Ásia durante a segunda metade do século XX, em decorrência de investimentos de longa duração, gerou uma forte interligação entre a estrutura dessa indústria e a infraestrutura estatal. A partir de uma complexa rede de influências financeiras e políticas, a indústria consolida o modelo plástico por meio do fenômeno de *carbon lock-in*, caracterizado pela dependência estrutural de investimentos em infraestrutura de longo prazo (Skovgaard, 2023). Essas instalações, devido ao capital aplicado e a um período extenso de amortização, acabam por aprisionar a economia no uso de matérias-primas fósseis (Tilsted, 2023). O subsídio nacional e o investimento em combustíveis fósseis são fortes fatores de domínio do setor (Skovgaard, 2023), o que comprova que gigantes petroquímicas, como a Saudi Aramco, possuem participação estatal significativa. Assim, esse financiamento vincula o interesse do Estado ao desempenho dessas empresas e, também por atuar como uma redução de risco, alavanca os investimentos privados para infraestrutura (Tilsted, 2023).

Atualmente, observa-se uma expectativa de queda na demanda por combustíveis fósseis e o uso do petróleo como combustível tende a diminuir gradualmente. Entretanto, países produtores de petróleo e gás, bem como bancos nacionais de desenvolvimento, continuam a apoiar o investimento em indústrias petroquímicas, pois esse setor utiliza petróleo e gás como matéria-prima, e não como fonte de energia. Dessa forma, ainda é possível manter o crescimento desse segmento e a garantia de empregos nacionais (Skovgaard, 2023). Este setor é visto estrategicamente como uma garantia futura e estabelecido como tal. A pressão por barrar políticas que restringem a produção de produtos do setor petroquímico está alinhada aos interesses desses Estados.

A associação da reciclagem como solução para a crise do plástico foi uma construção fomentada pela indústria petroquímica, que esperava que a comunidade civil a apoiasse. Como aponta Jen Fela (2023), as pessoas geralmente querem fazer o que lhes parece certo para o meio ambiente e sua saúde, e lhes disseram que isso é reciclagem. Essa construção simbólica de discurso tem durado décadas e tem envolvido campanhas de marketing e educação pública, projetadas para enviesar o público sobre a viabilidade da reciclagem de plástico como uma solução para o desperdício do produto (Allen, et al. 2024). Os plásticos poluem durante toda a sua existência, desde a extração dos seus ingredientes a partir de combustíveis fósseis até à sua eliminação final em aterros sanitários, incineradores e no ambiente (Fela, 2023). A ideia da reciclagem consegue ser bem estabelecida quando lembramos dos poderes previamente identificados pela indústria por Madariaga (2021) e Tienhaara (2016). O uso de campanhas publicitárias realça o poder discursivo que o setor

industrial possui, sendo, além dos Estados, um importante grupo com alta capacidade de investimento financeiro.

Na década de 1950, empresas petroquímicas de resina plástica começaram a campanha para tornar o uso do plástico comum entre a sociedade civil. Essas empresas haviam encontrado um dos principais benefícios econômicos no uso do plástico, a descartabilidade. Tal característica visava criar uma necessidade de recompra do produto, pois o produto seria utilizado somente uma vez, tendo como principais características o baixo custo, grande volume, praticidade e dispensabilidade (Allen et al., 2024). Em 2024, o Centro de Integridade Climática compilou informações sobre como as empresas petroquímicas iniciaram o processo de ampliação do uso do plástico e demonstraram como campanhas publicitárias foram aliadas importantes para estas empresas, tanto na propagação do uso quanto na construção da identidade da reciclagem como solução para a crise (Allen et al., 2024). Dessa maneira, a indústria petroquímica, a partir do poder do discurso, consegue evocar o seu interesse como um interesse coletivo e, assim, reforça uma estrutura que garante sustentação para suas ideias.

Observa-se que a gestão dos resíduos plásticos não acontece de forma prática, através da reciclagem, menos de 10% de todo o plástico já produzido foi reciclado mecanicamente (Fela, 2023). Sendo uma das formas de gestão mais populares, a reciclagem de plástico parece ser apenas mais uma forma de *greenwashing* da indústria. Entretanto, tendo construído sua base estrutural, a indústria consegue, também, ter uma base política e esta base lhe garante poder instrumental, criando assim, uma conexão e abertura para que as soluções trazidas pelo setor industrial sejam as utilizadas em negociações ambientais. Isso também está relacionado ao fato de que as posições governamentais nas negociações de tratados internacionais tendem a refletir as posturas das principais indústrias domésticas envolvidas em cada questão (Levy e Newell, 2005).

5.2. A ATUAÇÃO DA INDÚSTRIA NAS NEGOCIAÇÕES DO TRATADO GLOBAL DE PLÁSTICOS EVIDENCIADA POR ANÁLISE AUTOMATIZADA DE CONTEÚDO

Nessa seção tem como objetivo pontuar as estratégias de atuação da indústria petroquímica observadas durante as rodadas de negociações. Como também, utilizando os resultados da análise automatizada de conteúdo intuitiva, demonstrar como tais estratégias evidenciam os principais impasses do Tratado Global de Plástico. Primeiramente, ressalta-se que as figuras 2 e 3 não foram geradas pela linguagem R, sendo realizadas pelo excel. Na

figura 2, foi realizada uma categorização dos textos em “Estados”, documentos enviados individualmente pelos países e por grupos representantes, com 21 textos no total, “Empresas”, documentos coletados em sites das empresas, com 4 textos no total, e em “Coalizão do petróleo”, os disponibilizados pelas coalizões, enquanto observantes nas INC, com 8 textos no total.

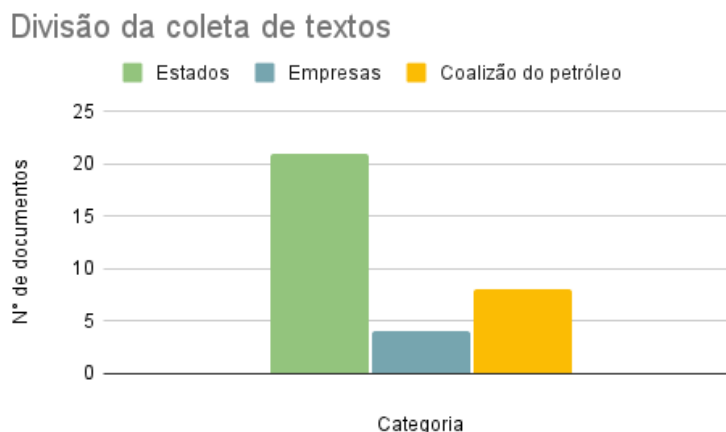


Figura 2: Divisão da coleta de textos

A Figura 3 apresenta o número de documentos publicados que compõem a nossa base de dados, classificados por INC.

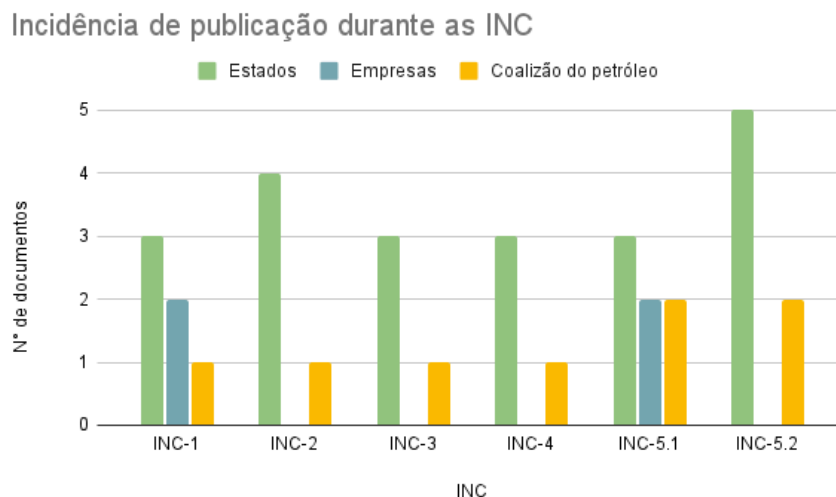


Figura 3: Incidência de publicação durante as INC

Tais figuras são interessantes ao apresentarem como os Estados que representam o grupo de interesse da indústria petroquímica, há uma presença explícita no início e na penúltima reunião de negociação. Analisando a participação dos “Estados” pelo nº de documentos, em um primeiro momento, é válido inferir que sua participação foi estável e robusta desde o princípio. Ao analisar os documentos separadamente, é notado que, a partir

da INC-3, os Estados passam a utilizar *written statements* representando todo um grupo, como *like-minded group* e *Arabic group*. Logo, a participação não apresenta crescimento, mas parece haver uma estratégia cooperativa ao se apresentarem em um grupo com interesses alinhados. Também observa-se como o número de publicações da “Coalizão do Petróleo” se manteve constante ao longo das negociações.

Entendendo a conexão da indústria petroquímica com o processo de consolidação do modelo plástico e sendo observados os dados quantitativos da participação desse grupo no Tratado Global de Plásticos, neste tópico será apresentada como essa atuação está presente para além dos *position papers* e as estratégias de *blocking* utilizadas durante as negociações. A formação do grupo *Like-Minded*, observada no quadro 2, evidencia que os Estados petrolíferos, cuja economia se organiza em torno da indústria petrolífera, formaram um grupo com interesses semelhantes. Desde a primeira rodada de negociação, os Estados-membros desse grupo expressam ressalvas e apontam que as propostas do rascunho não são realistas. Como apresentado, a INC-5 encaminha para um debate sobre a inclusão ou não do texto sobre os PPPs nos objetivos principais, em que estes países reforçam sua escolha por um combate à poluição plástica por meio do manejo pós-consumo, afirmando não haver necessidade de mudança na produção (Cowan, 2024b).

Quadro 2. Países representados pelos *Like-Minded Countries*

Estado	Ação realizada	Fonte
Bahrain	Suporte ao grupo desde INC-3	Link
China	Suporte ao grupo desde INC-3	Link
Cuba	Suporte ao grupo desde INC-3	Link
Irã	Suporte ao grupo desde INC-3 e representante na INC-4	Link
Arábia Saudita	Suporte ao grupo desde INC-3 e representante na INC-4	Link
Federação Russa	Suporte ao grupo desde INC-3	Link

Kuwait	Suporte ao grupo desde INC-3 e representante na INC-5	Link
Malásia	Suporte ao grupo na INC-5.2	Link
Marrocos	Suporte ao grupo na INC-5.2	Link
Índia	Suporte ao grupo na INC-5.2	Link
Cazaquistão	Suporte ao grupo na INC-5.2	Link

Os Estados-membros do “*Like-Minded Countries*” possuem grandes indústrias petroquímicas estatais, com nomes como Saudi Aramco, Sinopec e CNOOC (China National Offshore Oil Corporation) — empresas globais desse ramo. O Quadro 3 apresenta uma visão geral dessa relação. A presença dessas corporações contribui para compreender o posicionamento desses países nas INCs. A análise dos discursos e das delegações demonstra como os atores privados domésticos desempenham um papel significativo na definição de estratégias estatais durante as negociações. Esse fenômeno tem respaldo no conceito de poder estrutural, proposto por Madariaga (2021), segundo o qual a capacidade estrutural dos atores permite moldar certas regras. Portanto, o impacto dos interesses petroquímicos é apresentado não apenas pela sua relevância econômica, mas também pela forma como essas capacidades estruturais possibilitam a construção de coalizões, moldam a abordagem de questões sob determinadas perspectivas e influenciam os tomadores de decisão (Levy e Newell, 2005).

Quadro 3. Empresas petroquímicas estatais de *Like-Minded Countries*

Empresa	País de Origem	Receita
Saudi Aramco	Arábia Saudita	\$461.56 B (2025)
SABIC - Saudi Basic Industries Corporation	Arábia Saudita	\$37.85 B (2025)
KPC - Kuwait Petroleum Corporation	Kuwait	\$97.22 B (2020)
Equate Petrochemical Company	Kuwait	\$3.814 B (2024)
NPC - National Petrochemical Company	Irã	\$6.9 B (2025)
Rosneft	Rússia	\$111.10 B (2021)

Lukoil	Rússia	\$30.49 B (2023)
Sinopec	China	\$453.14 B (2023)
CNOOC - China National Offshore Oil Corporation	China	\$59.18 B (2024)
GPIC - Gulf Petrochemical Industries	Bahrein	\$57.7 M (2024)
CUPET - Cuba Oil Union	Cuba	\$5 M (2025)

“O tratado deve conter disposições práticas que levem em conta as circunstâncias, necessidades e prioridades nacionais. [...] os planos devem ser determinados nacionalmente e baseados numa abordagem de baixo para cima.” — Delegado da Arábia Saudita (Cowan, 2025). Tal frase foi pronunciada na INC-1 e sugere um possível alinhamento entre países petroleiros e a indústria petroquímica. A preferência por uma proposta *bottom-up* e por um tratado em que o planejamento é feito nacionalmente é contrária ao proposto por países do grupo HAC e por outros atores presentes nas conferências, como grupos de cientistas. Esse comportamento pode configurar uma ação do poder estrutural, uma vez que, mesmo sem ação direta, o porte e a importância da indústria petroquímica geram uma mudança no posicionamento de certos países.

A partir da INC-3, quando se iniciou a sessão para a elaboração de um rascunho do tratado, observou-se um crescimento no número de representantes do lobby de óleo, gás e petroquímica. Na ocasião, foram registrados 143 lobistas da indústria química e de combustíveis fósseis e 196 durante o INC-4, em 2024, em Busan. Observou-se que o grupo de representantes dessas empresas foi o de maior participação, com 220 representantes, o que compôs uma das maiores delegações presentes (Ciel, 2024a). Fontes afirmaram ao jornal Guardian uma “infração total” aos interesses industriais e corporativos, que estariam exercendo poder demais (Carrington, 2025). Essas infrações demonstram, principalmente, o poder instrumental do setor privado, pois, tendo estabelecido sua base de influência política por meio do poder estrutural, essa indústria possui espaço para lobby, financiamento e acesso político. Delphine Levi Alvares, Coordenadora da Campanha Petroquímica Global do Centro de Direito Ambiental Internacional, afirma que lobistas estão aparecendo em delegações de países e obtendo acesso privilegiado a sessões exclusivas dos Estados-Membros, nas quais discussões delicadas acontecem a portas fechadas (Ciel, 2024b).

Quadro 4. Presença de lobistas da indústria petroquímica nas sessões do INC³

Sessão	Local/Data	Participantes totais	Lobistas da indústria de combustíveis fósseis, plásticos e petroquímica	Percentual
INC-1	Punta del Este (2022)	2245	Sem dados	-
INC-2	Paris (2023)	1673	~91	0,05%
INC-3	Nairobi (2023)	>1900	143	0,07%
INC-4	Ottawa (2024)	>2500	196	0,08%
INC-5.1	Busan (2024)	3360	>220	0,06%
INC-5.2	Genebra (2025)	>2600	234	0,09%

Fonte: Break Free From Plastic (2024); Center for International Environmental Law – CIEL (2024; 2025); Cowan (2024; 2025); International Institute for Sustainable Development – IISD (2022; 2023; 2024); Geneva Environment Network (2024). Elaboração própria.

Outras alegações contra a participação massiva do lobby petroquímico podem ser encontradas, por exemplo, em Tori Cress, gerente de comunicações da Keepers of the Water e membro do Caucus dos Povos Indígenas: “Aqui na INC-4, lobistas da indústria desfrutam de assentos em delegações estatais, enquanto as comunidades mais impactadas pela crise do plástico lutam para que suas vozes sejam ouvidas. [...] “Enquanto somos cercados por anúncios pró-plásticos patrocinados pela indústria” (Ciel, 2024b). Ao utilizar esse acesso político, o ator privado obtém espaço na mídia, utilizado para moldar sua narrativa e o enquadramento do problema (Madariaga, 2021). E também pelo grupo de cientistas independentes que afirma pressão da indústria sobre as delegações dos países para que substituíssem especialistas técnicos por representantes favoráveis à indústria (Ciel, 2024b).

A coleta de dados permitiu observar a ativa participação do *lobby* petroquímico, com uma média percentual de 0,07% na composição total dos participantes. Conforme o Quadro 4, observa-se a crescente participação desse *lobby* e, durante a INC 5.1, compôs uma das maiores delegações presentes. Evidências desse teor demonstram e reforçam o investimento e a capacidade financeira dessas empresas, ao dispor de recursos para financiar sua participação nas rodadas de negociação. De modo que foi evidenciado que esses

³ O percentual foi calculado dividindo-se o número de representantes da indústria pelo total de participantes oficialmente registrados em cada sessão.

representantes obtiveram maior influência em comparação com outros atores não estatais presentes, o que representa o poder instrumental, conforme dito por Madariaga (2021).

Dessa maneira, estabelece-se que estas infrações resultam de um poder instrumental estabelecido que colabora com a existência de ameaças para reforçar a disseminação de ideias favoráveis aos interesses industriais. O financiamento demonstra um aspecto importante entre os poderes: uma expressão do poder instrumental, mas também expõe o poder tecnológico (Falkner, 2005). Advindo do poder discursivo, revela a abertura para estruturar ideias políticas e reforçar o poder instrumental (Madariaga, 2021). Logo, ao pedirem especialistas favoráveis às suas ideias, demonstram como a capacidade de inovação tecnológica aumenta a possibilidade de o setor financiar estudos que reforcem seu interesse e também de fazer lobby junto a líderes e de apoiar discretamente posições defendidas por aliados petroestatais (Ciel, 2024b). O *lobby* petroquímico conta com diversos auxílios, como o grupo de Estados petroleiros e empresas individuais. Durante as negociações, ExxonMobil, Dow, BASF e Sabic são algumas das empresas com o maior número de representantes. Tais representantes ainda podem ser encontrados em grupos como o Conselho Internacional de Associações Químicas, o Conselho Americano de Química e a Plastics Europe (Civillini, 2024). Para além do grupo Like-Minded, durante as negociações, Abdulrahman Al Gwaiz, líder do grupo de negociação da Arábia Saudita coloca outro grupo como aliado: “Cada vez que falava em Busan, a Arábia Saudita lembrava-nos que falava em nome dos 22 membros da Liga Árabe”, afirma Rémi Parmentier, diretor da organização ambiental Varda Group (Planelles, 2024).

Tendo em vista estes apontados é possível ver evidências da participação e alinhamento desse lobby através da análise automatizada de conteúdo, no gráfico abaixo de “frequência de palavras por documento”. Foram selecionados 10 dos termos mais utilizados nos documentos.

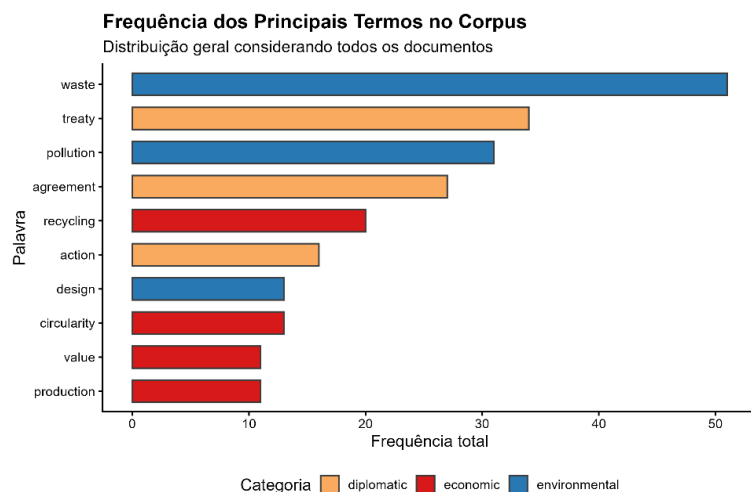


Figura 4: Empresas - Frequência de Palavras dos principais termos

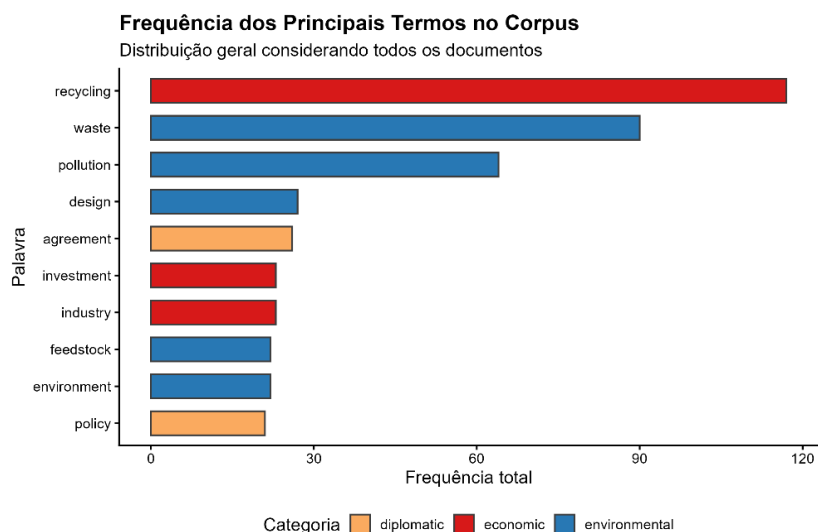


Figura 5: Coalizão do Petróleo - Frequência de Palavras dos principais termos

Dentre os principais termos, é possível observar palavras-chave essenciais quando tratando do setor privado em negociações ambientais, sendo estas, “*Recycling*”, “*Investment*”, “*Circularity*”. Sendo observado que termos relacionados à *economic* são uma parte necessária para a posição das empresas. A incidência desses termos demonstra certo alinhamento com as estratégias de atuação evidenciadas durante as rodadas de negociação. Diante da necessidade de maior precisão, as Figuras 6 e 7 apresentam a frequência por documento.

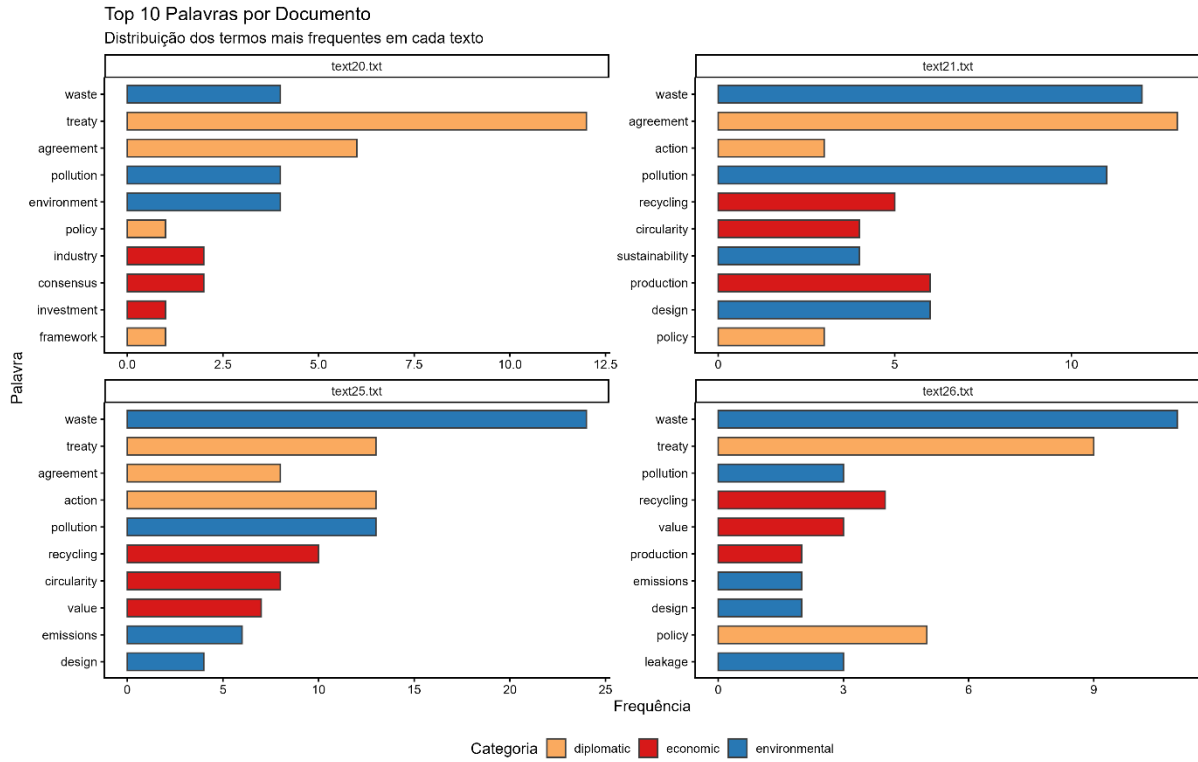


Figura 6: Empresas - Frequência de Palavras dos principais termos por documento

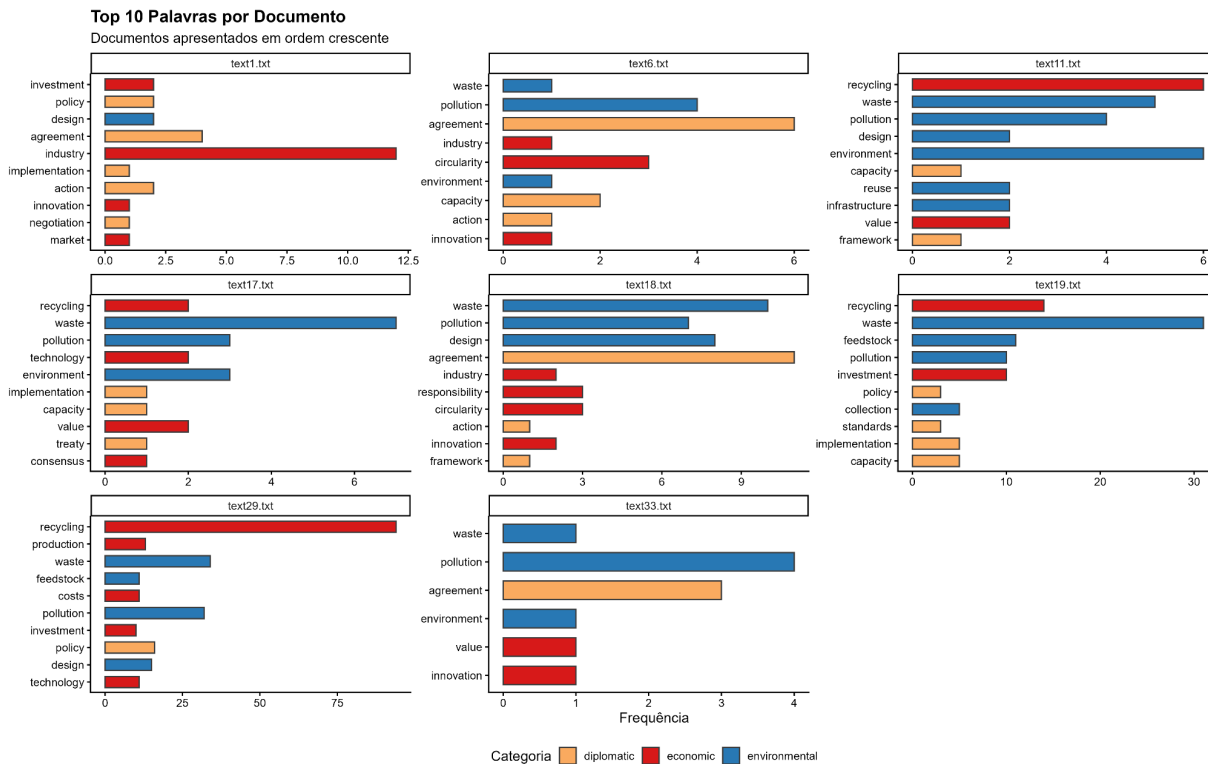


Figura 7: Coalizão do petróleo - Frequência de palavras dos principais termos por documento

Ainda seguindo nos gráficos gerados para “Empresas” e “Coalizão do petróleo”, para as outras tabelas geradas no R, “soma total por categoria”, foram gerados dois gráficos.

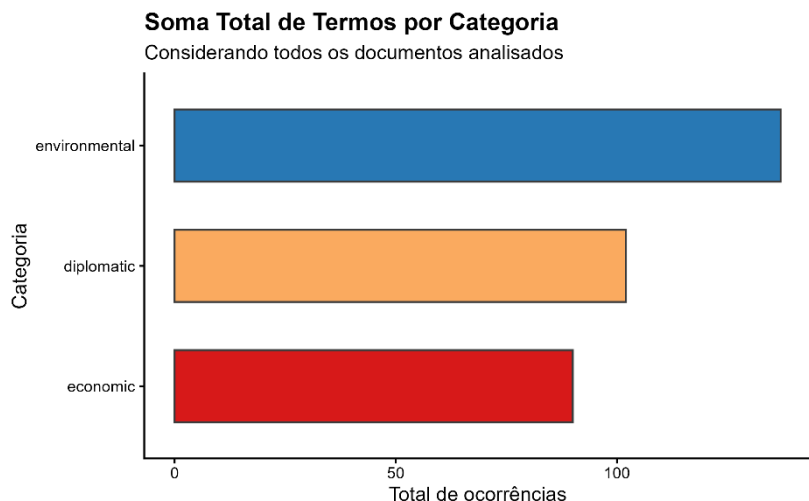


Figura 8: Contagem de termos das “Empresas” por categoria

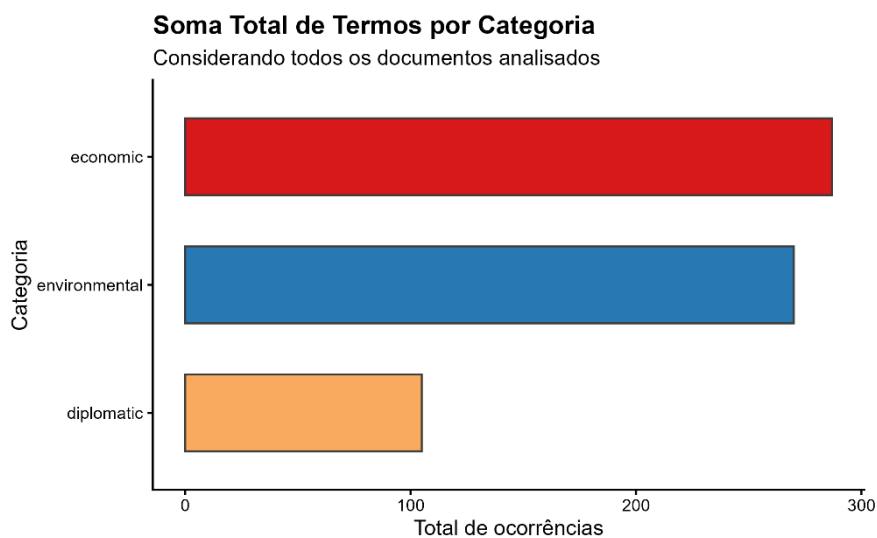


Figura 9: Contagem de termos da “Coalizão do petróleo” por categoria

Nas Figuras 8 e 9, observa-se que termos relativos à categoria “*environmental*” estão presentes em muitos documentos submetidos, entretanto, é necessário analisar o teor e contexto em que as palavras foram atribuídas ao tema. Outro ponto importante a pontuar é que palavras como “*Waste*” e “*Pollution*” são tidas como essenciais, mas por serem genéricas, contribuem também para o aumento significativo da categoria “*environmental*”, observado na figura 8. Esta divisão entre empresas e Coalizão do Petróleo foi importante, tendo em vista

que, mesmo que empresas do setor petroquímico tenham posicionamentos mais próximos daqueles defendidos pelos países da Coalizão do Petróleo, nos parece que as ênfases no conteúdo substantivo das propostas são diferentes. Mesmo reforçando que a categoria *environmental* pode ter sua porcentagem inflada por conter termos essenciais e genéricos para as negociações. As empresas, enquanto representação individual, utilizam termos ligados a “*environmental*”, adotando uma abordagem mais ambiental e também usam mais termos *diplomatic* do que quando representadas por coalizões, nas quais trazem uma linguagem mais econômica com mais termos *economic*.

Por fim, utilizando um novo dicionário de palavras, previamente disponibilizado nas considerações metodológicas, para os atores estatais também foram gerados gráficos que trabalham com as tabelas de “frequência de palavras por documento”, no qual foram selecionados os 10 principais termos, sendo utilizado o mesmo parâmetro de seleção aplicado para “Empresas” e “Coalizão do petróleo”. Observando a Figura 10, é perceptível que termos ligados a *economic* e *diplomatic* são essenciais nos discursos, e é possível inferir um alinhamento com as empresas petroleiras pelo uso dos termos “*Technology*” e “*National*”.

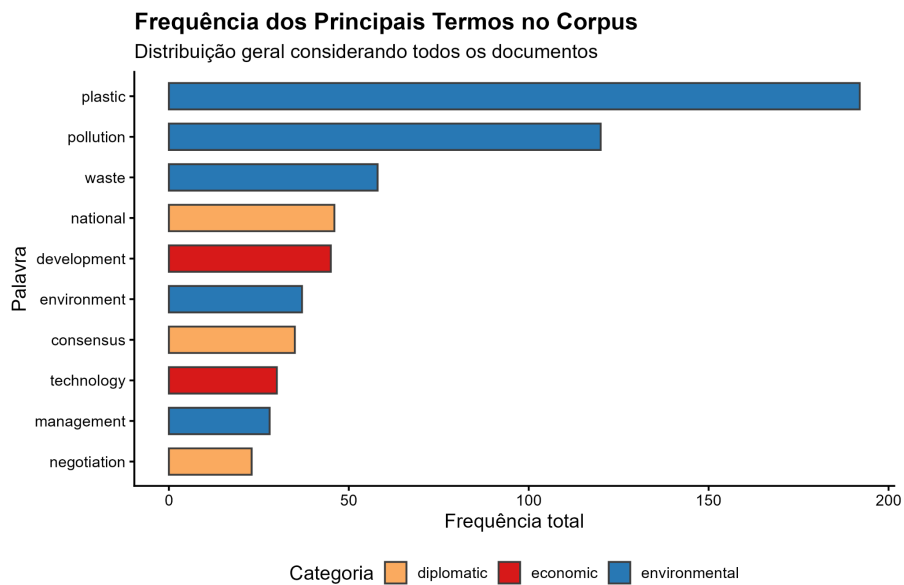


Figura 10: Estados - Frequência de Palavras dos principais termos

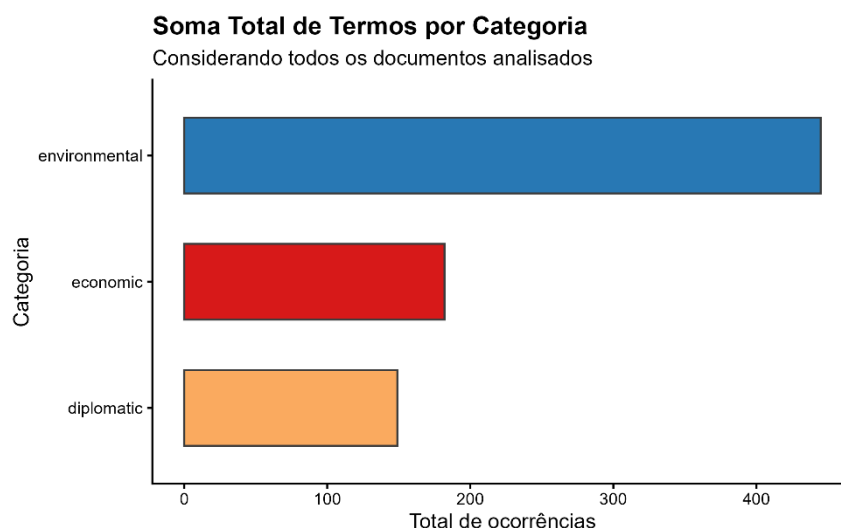


Figura 11: Contagem de termos dos “Estados” por categoria

Quando separadas em categorias, observa-se que a distribuição dos termos é similar à que ocorre com “Empresas” e “Coalizão do petróleo”, mesmo que a proporção de textos entre elas seja discrepante. É importante ressaltar que, mesmo ainda utilizando termos genéricos, “*environmental*” também é o mais utilizado por esse grupo.

Tais evidências, durante as INC, reforçam os meios e instrumentos de influência da indústria petroquímica, em comparação com outros atores, por exemplo, cientistas. Arelado às menções reportadas, o poder instrumental oferece favorecimento quando há possibilidade de discurso durante a plenária (Kantai et al., 2025), buscando audiências com delegados nos corredores (Kiessling, 2025), e observa-se o poder discursivo quando, ao longo dos anos, a indústria rejeitou a culpa direta pela poluição plástica, atrelando-a aos consumidores (Fela, 2023). Para além dessas evidências, ao partir para uma análise dos discursos coletados e utilizados na ferramenta de análise automatizada de conteúdo, destacam-se termos como *circularity*, *innovation*, *national*, que reforçam as tentativas de *blocking* anteriormente levantadas. Tais termos demonstram um interesse coletivo por uma promoção da economia circular, uma redefinição do problema e ênfase na legitimação do plástico como um produto essencial. De maneira geral, o *Like-Minded Group* sugere, em seus *position papers*, abordagens conduzidas nacionalmente, protegendo, assim, a autonomia e flexibilidade regulatória dos Estados petroleiros.

Essa ligação expõe a conexão do poder estrutural entre a indústria petroquímica e estes Estados, evidenciando a defesa e alinhamento aos interesses industriais. Passagens que demonstram tal abordagem podem ser observadas no posicionamento da Índia, ao comentar suas preferências: “As ações para prevenir a poluição plástica são conduzidas em âmbito

nacional, de acordo com as respectivas circunstâncias de cada país.” (Índia, 2025, p. 1), bem como no discurso no Kuwait, ao representar o Like-Minded Group ao pontuar a “Necessidade de uma abordagem pragmática e inclusiva... implementável em diversos contextos nacionais.” (Kuwait, 2025, p. 1). Ao sugerirem tais ações nacionais, é descaracterizado o intuito do tratado enquanto um acordo global vinculante para combater a poluição plástica em todos os níveis de seu ciclo de vida.

O grupo de coalizões do petróleo, ao adotar um discurso com forte foco econômico, o faz endossando os benefícios da economia circular como uma saída prática para a crise plástica. A tentativa de reenquadrar o problema, deslocando o foco da redução da produção para a reciclagem, aparece, por exemplo, na afirmação de que “Imaginamos um mundo sem poluição plástica... um acordo focado na circularidade pode ajudar a resolver esse desafio global.” (American Chemistry Council, 2023). Para além desse deslocamento, observa-se que o discurso também persiste em uma transferência de responsabilidade da indústria para os consumidores. Ao finalizar a INC-5.2, os resultados sugerem um forte alinhamento com os objetivos da indústria petroquímica e do *Like-Minded Group*, sendo removido o draft do tratado, os textos sobre limites de produção obrigatórios, os controles químicos e as medidas de ciclo de vida (Kantai et al., 2025). Diversos países do HAC manifestam descontentamento com essa medida. Aludindo ao citado por Vormedal e Meckling (2024), essa indústria ainda apresenta uma resistência, pois tal regulamentação ambiental é economicamente custosa e está em desacordo com os interesses petroquímicos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formulação inicial do Tratado Global de Plástico é um passo importante para conter a problemática do plástico; porém, como observado, as expectativas iniciais de um acordo vinculante, com foco em todo o ciclo de vida dos plásticos — da produção ao descarte — foram modificadas a partir da discussão e da interposição de interesses pelos diversos atores presentes nas INCs. Nesta pesquisa, o objetivo era analisar como a indústria petroquímica se relaciona com a formação do Tratado Global de Plásticos e se, a partir de sua inserção, foi possível moldar politicamente as decisões.

Analisando a participação do grupo petroquímico, é perceptível que o grupo foi constantemente ativo e teve maior incidência ao longo das INCs. Em especial, o grupo *Like-Minded Countries* — países produtores de petróleo — passou a formalizar a elaboração de *position papers* como grupo, afirmando que esse conjunto de Estados possui interesses

similares. Durante as rodadas de negociação, este grupo foca em políticas de combate à poluição plástica por meio do manejo pós-consumo. A junção desses países em um grupo traz alinhamento e mais respaldo às suas contribuições durante a negociação.

Com a análise de conteúdo, dentre os principais termos, foi possível identificar 6 palavras que reforçam o alinhamento do grupo, observando-se, principalmente, a coalizão do petróleo e das empresas: reciclagem, circular, investimento, capacidade, inovação e tecnologia. O uso massivo da palavra reciclagem evidencia a preferência por essa forma de manejo do plástico, refletindo como essa indústria, principalmente por meio de campanhas publicitárias, iniciou a construção da identidade da reciclagem como solução para a crise. As questões de distribuição de tecnologia e de capacidade de investimento foram temas pertinentes e representaram um impasse durante a elaboração do draft do tratado, evidenciando também o alinhamento entre o que foi discutido pelo grupo petroquímico e os temas das rodadas de negociação.

A participação do *Like-minded group* foi crucial para entender o comportamento desses Estados quanto à resistência a políticas ambientais *upstream* e ao acesso político que a indústria petroquímica possui. Os estados petrolíferos possuem indústrias nacionais de petróleo que contribuem para o crescimento econômico desses países, o que constitui uma base para influência política. Como observado, a partir do poder estrutural, a indústria petroquímica também cria uma base para implementar ideias favoráveis a ela, o que, neste caso, evidencia que posições governamentais nas negociações de tratados internacionais tendem a refletir as posturas das principais indústrias domésticas envolvidas.

Durante as reuniões de negociação do Tratado Global de Plásticos, a participação do *lobby* petrolífero e a ação dos *Like-Minded Countries* têm consequências diretas na formulação do texto final do acordo, promovendo frequentemente propostas mais vantajosas para o setor industrial em detrimento de compromissos ambientais rigorosos. A literatura percorrida na pesquisa permite inferir que práticas usuais do setor privado, como a formação de lobby, o financiamento de pesquisas alinhadas ao seu interesse e o uso da tecnologia, foram utilizadas pela indústria petroquímica durante as INCs, mostrando-se estratégias para moldar e diluir propostas de regulamentação mais *upstream*. Assim, a análise revela que o poder instrumental é crucial para entender a dinâmica de acesso político obtido por esse setor, bem como o alinhamento de interesses, contribuindo para o predomínio de soluções menos restritivas.

Dessa forma, as contribuições apresentadas na pesquisa fornecem subsídios para a compreensão de atores não estatais frente à governança ambiental global, tomando o setor

petroquímico como agente de mudança, por sua contribuição para a produção e o descarte de plásticos. Investigando esse ator não estatal, espera-se contribuir não apenas para preencher a lacuna de pesquisa no meio acadêmico, mas também ressaltar a importância de considerar sua influência nas negociações e formulação de políticas internacionais sobre resíduos plásticos. Além disso, como o Tratado Global de Plástico ainda não foi finalizado, futuras pesquisas poderão explorar os desdobramentos das negociações e aprofundar a análise por meio de novas fontes, incluindo entrevistas, a fim de sustentar o desenvolvimento de políticas ambientais globais mais justas e eficazes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, D. et al. *The fraud of plastic recycling: how Big Oil and the plastics industry deceived the public for decades and caused the plastic waste crisis*. Washington, D.C.: Center for Climate Integrity, 2024.

ALVES, E. C.; STEINER, A. Q.; AMARAL, A. M. F. Como fazer uma revisão sistemática da literatura? Um guia prático de governança marinha. In: FERNANDES, I. F. (org.). *Desafios metodológicos das políticas públicas baseadas em evidências*. Boa Vista: IOLE, 2022.

ALVES, E. C.; STEINER, A. Q.; AMARAL, A. M. F. Environmental governance and international relations: a systematic review of theories, methods, and issues in Latin American publications. *Revista Relaciones Internacionales*, v. 96, n. 2, p. 70-104, 2023.

AMERICAN CHEMISTRY COUNCIL. Statement of the American Chemistry Council at the Intergovernmental Negotiating Committee (INC-2) on plastic pollution. 28 maio 2023.

Disponível em:

https://resolutions.unep.org/resolutions/uploads/american_chemistry_council.pdf. Acesso em: 26 jul. 2025.

ANDRADE, J. C. S. Participação do setor privado na governança ambiental global: evolução, contribuições e obstáculos. *Contexto Internacional*, v. 31, p. 215-250, 2009.

BABIC, M. et al. How does business power operate? A framework for its working mechanisms. *Business and Politics*, v. 24, n. 2, p. 133-150, 2022.

BREAK FREE FROM PLASTIC. Fossil fuel lobbyists flood final scheduled round of global plastics treaty negotiations. Busan, 27 nov. 2024. Disponível em:

<https://www.breakfreefromplastic.org/2024/11/27/fossil-fuel-lobbyists-flood-final-scheduled-round-of-global-plastics-treaty-negotiations/>. Acesso em: 25 fev. 2026.

CARRINGTON, D. ‘Total infiltration’: how plastics industry swamped vital global treaty talks. *The Guardian*, 23 jul. 2025. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/environment/2025/jul/23/total-infiltration-how-plastics-industry-swamped-vital-global-treaty-talks>. Acesso em: 26 jul. 2025.

CENTER FOR INTERNATIONAL ENVIRONMENTAL LAW (CIEL). Fossil fuel and chemical industry influence at INC-4. Ottawa, 25 abr. 2024a. Disponível em: <https://www.ciel.org/news/fossil-fuel-and-chemical-industry-influence-inc4/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

CENTER FOR INTERNATIONAL ENVIRONMENTAL LAW (CIEL). Fossil fuel and chemical industry influence at INC-5: lobbyist analysis. Busan, 27 nov. 2024b. Disponível em: <https://www.ciel.org/news/inc-5-lobbyist-analysis/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

CENTER FOR INTERNATIONAL ENVIRONMENTAL LAW (CIEL). Fossil fuel and petrochemical lobbyists overrun plastics treaty negotiations. Geneva, 7 ago. 2025. Disponível em: <https://www.ciel.org/news/inc-5-2-lobbyist-analysis/>. Acesso em: 25 fev. 2026.

CIVILLINI, M. Fossil fuel lobby secures “record” access to crunch talks on new plastics pact. *Climate Change News*, 28 nov. 2024. Disponível em: <https://www.climatechangenews.com/2024/11/28/fossil-fuel-lobby-secures-record-access-to-crunch-talks-on-new-plastics-pact/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

CLAPP, J. The privatization of global environmental governance: ISO 14000 and the developing world. In: LEVY, D. L.; NEWELL, P. J. (org.). *The business of global environmental governance*. Cambridge; London: MIT Press, 2004. p. 223-248.

CLAPP, J. The rising tide against plastic waste: unpacking industry attempts to influence the debate. In: *Histories of the dustheap: waste, material cultures, social justice*. Cambridge: MIT Press, 2012. p. 199-226.

COWAN, E. Event ethnography to study the global negotiations on the treaty to end plastic pollution: dataset from the first session of negotiations (INC-1). *Journal of Environmental Studies and Sciences*, v. 15, n. 1, p. 186-193, 2025.

COWAN, E. et al. It takes two to tango: the second session of negotiations (INC-2) for a global treaty to end plastic pollution. *Journal of Environmental Studies and Sciences*, v. 14, n. 2, p. 428-434, 2024a.

COWAN, E.; TILLER, R.; MAES, T. The rule of three: the third session of negotiations (INC-3) on the global treaty to end plastic pollution. *Journal of Environmental Studies and Sciences*, v. 14, n. 4, p. 1-7, 2024b.

DIAS, S. L. F. G. et al. *Plástico de uso único no Brasil: contexto e impactos ambientais*. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2023a. 1 ebook. (NOSS Repensando o Plástico, v. 1). DOI: <https://doi.org/10.11606/9786588503461>.

DIAS, S. L. F. G. et al. *Plástico de uso único no Brasil: mapeamento de atores*. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2023b. 1 ebook. (NOSS Repensando o Plástico, v. 3). DOI: <https://doi.org/10.11606/9786588503492>.

DORNBUSCH, R. Fuga de capitais: questões políticas e mensuração. *Revista Brasileira de Economia*, v. 43, n. 2, p. 177-210, 1989.

FALKNER, R. Private environmental governance and international relations: exploring the links. In: LANKFORD, B. (org.). *International environmental governance*. London: Routledge, 2003. p. 281-296.

FALKNER, R. The business of ozone layer protection: corporate power in regime evolution. In: LEVY, D. L.; NEWELL, P. J. (org.). *The business of global environmental governance: business and the evolution of the climate regime*. Cambridge; London: MIT Press, 2005. p. 73-104.

FELA, J. We need real solutions to plastic pollution: Q&A with Jen Fela. *One Earth*, v. 6, n. 6, p. 595-597, 2023.

GENEVA ENVIRONMENT NETWORK. Road to INC-5: plastics treaty negotiations. Geneva: Geneva Environment Network, 2024. Disponível em: <https://www.genevaenvironmentnetwork.org/resources/updates/road-to-geneva-plastic-pollution-inc-5-2/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

INDIA. National statement delivered at the plenary session of the Intergovernmental Negotiating Committee on Plastic Pollution (INC-5.2), Saturday, 9 August 2025. 2025. Disponível em: https://resolutions.unep.org/incres/uploads/india-national_statement-plenary-saturday-09082025_0.pdf.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (IISD). Summary of the first session of the Intergovernmental Negotiating Committee on Plastic Pollution (INC-1). *Earth Negotiations Bulletin*, v. 36, n. 3, 2022. Disponível em: <https://enb.iisd.org/plastic-pollution-marine-environment-negotiating-committee-inc1-summary>. Acesso em: 14 jan. 2026.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (IISD). Summary of the second session of the Intergovernmental Negotiating Committee on Plastic Pollution (INC-2). *Earth Negotiations Bulletin*, 2023. Disponível em: <https://enb.iisd.org/plastic-pollution-marine-environment-negotiating-committee-inc2-summary>. Acesso em: 14 jan. 2026.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (IISD). Summary of the third session of the Intergovernmental Negotiating Committee on Plastic Pollution (INC-3). *Earth Negotiations Bulletin*, 2023. Disponível em:

<https://enb.iisd.org/plastic-pollution-marine-environment-negotiating-committee-inc3-summary>. Acesso em: 14 jan. 2026.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (IISD). Summary of the fourth session of the Intergovernmental Negotiating Committee on Plastic Pollution (INC-4). *Earth Negotiations Bulletin*, 2024. Disponível em: <https://enb.iisd.org/plastic-pollution-marine-environment-negotiating-committee-inc4-summary>. Acesso em: 14 jan. 2026.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (IISD). Summary of the resumed fifth session of the Intergovernmental Negotiating Committee to Develop an International Legally Binding Instrument on Plastic Pollution, including in the Marine Environment: 5–15 August 2025. *Earth Negotiations Bulletin*, v. 36, n. 43, Geneva, 18 ago. 2025. 13 p. Disponível em: <https://enb.iisd.org/sites/default/files/2025-08/enb3643e.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2026.

IZUMI, M.; MOREIRA, D. O texto como dado: desafios e oportunidades para as ciências sociais. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 86, p. 138-174, 2018.

KARASIK, R. et al. *20 years of government responses to the global plastic pollution problem: the plastics policy inventory*. Durham, NC: Nicholas Institute for Environmental Policy Solutions, Duke University, 2020. (NI X 20-05).

KIESSLING, T. et al. Underrepresented developing states, marginalized communities, big business and procedural injustice – how equal were the UN INC-5.2 Global Plastic Treaty negotiations? *Cambridge Prisms: Plastics*, p. 1-15, 2025.

KUWAIT (on behalf of Like-Minded Countries). Statement delivered at the plenary of the Intergovernmental Negotiating Committee on plastic pollution. 2024. Disponível em: https://resolutions.unep.org/incres/uploads/kuwait_on_behalf_of_like-minded_countries_0.pdf.

LAMPITT, R. S. et al. Stakeholder alliances are essential to reduce the scourge of plastic pollution. *Nature Communications*, v. 14, n. 1, p. 2849, 2023.

LEVY, D. L.; NEWELL, P. J. Introduction: the business of global environmental governance. In: LEVY, D. L.; NEWELL, P. J. (org.). *The business of global environmental governance: business and the evolution of the climate regime*. Cambridge; London: MIT Press, 2005. p. 1-20.

MADARIAGA, A.; MAILLET, A.; ROZAS, J. Multilevel business power in environmental politics: the avocado boom and water scarcity in Chile. *Environmental Politics*, v. 30, n. 7, p. 1174-1195, 2021.

NAJAM, A. et al. *Global environmental governance: a reform agenda*. Winnipeg: International Institute for Sustainable Development, 2006.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Global plastics outlook: policy scenarios to 2060*. Paris: OECD Publishing, 21 jun. 2022. 283 p. Disponível em:

https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2022/06/global-plastics-outlook_f065ef59/aa1edf33-en.pdf. Acesso em: 19 fev. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1787/aa1edf33-en>.

O'NEILL, K. Non-state global environmental governance. In: *The environment and international relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 167-196. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511805974>.

PLANELLES, M. From gasoline to plastic: the oil companies' business strategy that blocks environmental treaties. *El País (English Edition)*, Madrid, 14 dez. 2024. Disponível em: <https://english.elpais.com/international/2024-12-14/from-gasoline-to-plastic-the-oil-companies-business-strategy-that-blocks-environmental-treaties.html>. Acesso em: 26 jul. 2025.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação*. Brasília: Ipea, 2021.

SKOVGAARD, J. et al. Finance for fossils – the role of public financing in expanding petrochemicals. *Global Environmental Change*, v. 80, p. 102657, 2023.

STEINER, A. O uso de estudos de caso em pesquisas sobre política ambiental: vantagens e limitações. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, p. 141-158, 2011.

TIENHAARA, K. Corporations: business and industrial influence. In: BETTS, A. (org.). *Routledge handbook of global environmental politics*. New York: Routledge, 2014. p. 164-175.

TILLER, R. et al. Standoff at the four-way stop sign: late-night diplomacy at the fourth session of negotiations (INC-4) on the global treaty to end plastic pollution. *Journal of Environmental Studies and Sciences*, v. 15, n. 3, p. 1-13, 2024.

TILSTED, J. P. et al. Ending fossil-based growth: confronting the political economy of petrochemical plastics. *One Earth*, v. 6, n. 6, p. 607-619, 2023.

TSAKONA, M. et al. *Drowning in plastics: marine litter and plastic waste vital graphics*. Apia; Nairobi; Arendal: United Nations Environment Programme (UNEP), GRID-Arendal and Secretariats of the Basel, Rotterdam and Stockholm Conventions, 2021. 77 p. ISBN 978-92-807-3888-9.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Discussion paper on barriers to combating marine litter and microplastics, including challenges related to

resources in developing countries (UNEP/AHEG/2018/1/2). Nairobi: UNEP, 23 abr. 2018. 8 p. Disponível em: https://resolutions.unep.org/uploads/unep_aheg_2018_1_2_barriers.pdf.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). New Chair elected to lead negotiations on global plastic pollution treaty. *ONU Meio Ambiente*, 7 fev. 2026. Disponível em: <https://www.unep.org/news-and-stories/press-release/new-chair-elected-lead-negotiations-global-plastic-pollution-treaty>. Acesso em: 28 fev. 2026.

VORMEDAL, I.; MECKLING, J. How foes become allies: the shifting role of business in climate politics. *Policy Sciences*, v. 57, n. 1, p. 101-124, 2024.